



GT 69. Práticas, políticas e discursos no campo da saúde mental

Coordenador(es):

Érica Quinaglia Silva (UNB - Universidade de Brasília)

Sônia Weidner Maluf (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Sessão 1

Debatedor/a: Ana Paula Müller de Andrade (Universidade Estadual do Centro Oeste -UNICENTRO)

Este Grupo de Trabalho (GT) visa a reunir pesquisas que abordem práticas, políticas e discursos no campo da saúde mental. A proposta comporta, de um lado, abordagens das práticas de autoatenção e cuidado, itinerários, agenciamentos sociais, saberes locais e/ou tradicionais como estratégias de sujeitos e coletividades para vivenciar e agenciar o processo de saúde-adoecimento mental; e, de outro, políticas públicas e ações do Estado, processos de institucionalização e/ou desinstitucionalização, redes de atendimento, políticas pretensamente universais e seus mecanismos discricionários nos modos desiguais de distribuição de direitos, incluindo as mudanças na política nacional de saúde mental e de álcool e outras drogas desencadeadas desde 2016. Assim, etnografias do Estado e das políticas públicas, em serviços de saúde mental e instituições psiquiátricas, sobre itinerários, histórias de vida, práticas de usuários, familiares e profissionais da saúde são alguns temas previstos. Gênero e sexualidade, raça, classe, etnia, geração e deficiência são alguns dos marcadores sociais que serão considerados nas discussões do GT. A intenção é proporcionar a interlocução entre trabalhos que apresentem reflexões baseadas em pesquisas e/ou experiências que contribuam para a ampliação da compreensão das questões atinentes aos processos de sofrimento, aflição, perturbação e/ou adoecimento no campo em questão, suas práticas, políticas e discursos a partir de um olhar antropológico.

Trajetórias Institucionalizadas: da produção discursiva sobre a periculosidade aos agenciamentos dos internos no Hospital Geral Penitenciário do Pará

Autoria: Beatriz Figueiredo Levy (não)

Este work tem por objetivo analisar os processos de (re)produção discursiva sobre as representações sociais da loucura e da periculosidade associada a ela, materializadas na figura das pessoas com transtornos psíquicos em conflito com a lei, e os agenciamentos dos internos de um Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP), o Hospital Geral Penitenciário (HGP) do Pará. Pretende-se investigar de que forma esses discursos atuam como modo de justificar mecanismos de poder em uma instituição que possui caráter tanto manicomial, quanto carcerário. Para tanto, será realizada uma pesquisa bibliográfica a respeito dos processos de produção discursiva que conduziram às concepções estigmatizadas sobre os ditos loucos infratores e ao contexto de surgimento e fortalecimento dos manicômios judiciários no Brasil. Posteriormente, será realizada uma etnografia de e em documentos, momento no qual serão analisados processos judiciais que perpassam os internamentos no HGP, bem como proposições legislativas pertinentes ao estudo, atentando-se, sobretudo, a como se manifestam as narrativas sobre a categoria periculosidade e em conhecer os agenciamentos dos internos, para além do poder-saber médico que recai sobre eles. Espera-se que o resultado da pesquisa subsidie a promoção de ações cabíveis para melhorias da realidade enfrentada por esses sujeitos. Igualmente, almeja-se contribuir para o debate acerca da primordialidade em superar o modelo institucionalizado de tratamento psiquiátrico.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: